

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15654 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 15 - Psicologia da Educação

PSICOLOGIA, APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA E NATUREZA INFANTIL:
DEBATES QUE ATRAVESSAM O SÉCULO XX

Ana Paola Sganderla - UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Diana Carvalho de Carvalho - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

**PSICOLOGIA, APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA E NATUREZA
INFANTIL: DEBATES QUE ATRAVESSAM O SÉCULO XX**

Resumo:

Este trabalho analisa o livro de Lourenço Filho *Os Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita* (1969), uma das obras mais difundidas no Brasil no âmbito da Psicologia da Educação, cuja utilização foi significativa nas redes educacionais de todo o país até os anos de 1970. A obra demarca, de forma exemplar, as contribuições da ciência psicológica ao campo educacional ao longo do século XX, ao introduzir uma perspectiva científica experimental na compreensão do desenvolvimento da criança e seu processo de aprendizagem, ao mesmo tempo que cunha conceitos que se tornaram hegemônicos no pensamento educacional, tais como relação entre maturidade, desenvolvimento e aprendizagem, problemas emocionais e adaptação escolar. Confirma-se a existência na obra de uma visão ideológica de natureza humana, que atribui às desigualdades naturais entre as crianças a causa do sucesso ou fracasso escolar, desconsiderando que se tratam, na verdade, de desigualdades das condições sociais entre as classes.

Palavras-chave: Psicologia; Leitura e escrita; Testes ABC; Lourenço Filho

Este trabalho apresenta resultados de um projeto de pesquisa cujo objetivo geral é investigar as principais temáticas e autores que balizaram a relação Psicologia e Educação ao longo do século XX, com foco específico nas demandas advindas das práticas pedagógicas. Em termos metodológicos, analisa o livro de Lourenço Filho *Os Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita* (1969), cuja primeira edição foi publicada em 1934, uma das obras mais difundidas no Brasil no âmbito da Psicologia da Educação. Esta obra teve grande notoriedade e ampla divulgação, tanto no Brasil quanto em outros países, sendo significativa sua utilização nas redes educacionais de todo o país até os anos de 1970.

Leite (1972) e Warde (1997) identificam que os estudos sobre a criança e seu desenvolvimento inauguraram e consolidaram as relações entre Pedagogia e Psicologia, especialmente na busca por resolver problemas referentes à inteligência, à aprendizagem e às

diferenças individuais. Gouvêa e Gerken (2010), ao debruçarem-se sobre a história do conceito de desenvolvimento humano, evidenciam a configuração do campo científico ao longo do século XIX a partir da rápida expansão da teoria darwinista que teve grande impacto, para além da ciência biológica, nas ciências humanas e práticas sociais. Nessa perspectiva, o mundo social passa a ser apreendido como análogo ao mundo biológico em que, na luta pela sobrevivência, venceriam os mais aptos. É assim que os conceitos de evolução e raça se tornam centrais nos estudos sobre o desenvolvimento humano, estendendo sua influência ao longo do século XX. Essa tradição científica permite que as ciências sociais adquiram autonomia e legitimidade inéditas, como é o caso da Psicologia que conquista seu estatuto científico neste contexto.

No Brasil, a Psicologia contribuiu para a constituição do campo educacional brasileiro como uma das ciências que balizou a formação de professores e as discussões educacionais, como demonstram Sganderla e Carvalho (2010). Ao mesmo tempo, o campo educacional forneceu elementos fundamentais que serviram de base à constituição dessa ciência como campo científico reconhecido no País, especialmente as demandas sobre o conhecimento da criança e sua contribuição para os processos de ensino e aprendizagem.

A trajetória de Lourenço Filho, signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 e intelectual influente tanto na Psicologia como na Educação, pode ser considerada exemplar, no sentido de que era um intelectual com atuação em múltiplos espaços do campo educacional: integrava a intelectualidade influente da época; participava da Associação Brasileira de Educação – ABE, disputando posições teóricas e políticas que visavam definir os caminhos da Educação; atuava na formação docente, na administração e na gestão das políticas educacionais; produzia e divulgava conhecimento teórico e técnico na área (Sganderla e Carvalho, 2008).

Os desafios educacionais enfrentados pelo Brasil no início do século XX podem ser assim sintetizados: organizar o sistema de ensino em uma nação que se tornava republicana, ao mesmo tempo em que colocava fim ao sistema escravocrata que perdurou por séculos, cuja grande maioria da população era analfabeta. A intelectualidade da década de 1920 estava empenhada na consolidação do Brasil como nação, seja através de sua participação direta na vida política, de suas produções culturais ou da educação. Segundo Xavier (2002), a mobilização dos intelectuais daquele período teve como consenso a crença no poder da ciência e a ambição de estabelecer uma administração científica da esfera pública, entendendo-se a política como competência técnica, fundada em uma ciência social.

Lourenço Filho lançava mão dos conhecimentos psicológicos para atender as demandas que considerava urgentes na realidade educacional, como a questão dos altos índices de evasão e repetência na escola primária. Assim, Os Testes ABC tinham por objetivo classificar as crianças pela sua capacidade real de aprendizagem na leitura e na escrita, permitindo um diagnóstico individual com relação à prontidão para aprendizagem dessas habilidades. No total eram oito testes que procuravam atender aos pontos de análise:

coordenação visual-motora; resistência à inversão na cópia de figuras; memorização visual; coordenação auditiva motora; capacidade de prolação/articulação; resistência à ecolalia; memorização auditiva; índice de fatigabilidade; índice de atenção dirigida; vocabulário e compreensão geral. Possuindo orientações minuciosas quanto a sua forma de aplicação, duração do exame, condições do examinando e do examinador e da técnica de exame para cada um dos oito testes, o autor pretendia controlar as variáveis que pudessem interferir no exame e evitar as críticas quanto a sua aplicação e resultados. A avaliação geral para indicar o nível de maturidade dava-se pela soma dos pontos obtidos em cada prova.

Acompanhava o material de aplicação do teste um livro publicado pelas Edições Melhoramentos, dentro da coleção *Biblioteca de Educação*, que foi assim organizado: introdução, seis capítulos, bibliografia geral, um item em que o autor indica trabalhos que utilizaram ou faziam referência especial aos testes ABC; índice de nomes e índice de assuntos.

Lourenço Filho entendia que a melhoria das condições do aprendizado inicial representaria progresso de economia e eficiência no ensino. Assim expressa o espírito da época:

O problema da eficiência e rendimento tem preocupado sempre os mestres de todo o mundo e, nos últimos tempos, de modo considerável, aos mestres de nossa época. *Melhor e mais rápido* é uma lei de nosso tempo em que a máquina aproxima as distâncias, centuplica e faz viver intensamente. (Lourenço Filho, 1969, p. 16)

Considerava que as escolas, em geral, reagiam de modo eminentemente empírico frente aos problemas da realidade escolar que enfrentavam e propõe, então, uma nova maneira de considerar a questão, ou seja, estudar o público a quem se destina o ensino, as crianças. Considerava os testes ABC uma solução científica para o problema prático da repetência nos primeiros anos, permitindo aos professores organizar melhor seu trabalho com base em um conhecimento racional, tecnicamente fundamentado, com economia de tempo e esforço.

Para justificar suas ideias e apresentar o caminho percorrido até chegar aos testes ABC, o autor estabelece interlocução com os principais autores, especialmente os norte-americanos, que discutem questões referentes à relação entre idade escolar, idade cronológica e idade mental. Sua preocupação central era a de encontrar um critério seletivo seguro que favorecesse a realização do ensino simultâneo, bem como de um adequado rendimento, impedindo o desperdício das energias dos mestres e dos discípulos, ou seja, um instrumento útil, de manejo prático e simples.

Opondo-se a explicar a dificuldade na aquisição da leitura e escrita em termos de Quociente de Inteligência ligado à idade, como faziam muitos seus contemporâneos, Lourenço Filho, com base em suas pesquisas experimentais, baseou os Testes ABC nas diferenças individuais de maturidade. Considerava que seria possível, não apenas basear-se na idade cronológica das crianças para entrada na escola, mas ter um critério científico por meio da medida da capacidade de aprender a leitura e escrita e da organização de classes seletivas e

que contemplassem as desiguais velocidades de aprendizagem. Entende, assim, que o teste permitiria um diagnóstico preciso das possibilidades das crianças, mas também um prognóstico do trabalho escolar e a organização de classes homogêneas. Para as crianças imaturas são sugeridos exercícios de discriminação de formas, cores e movimentos, além de outros desenvolvidos por diferentes profissionais que se utilizaram dos Testes ABC. Já a identificação de problemas de desenvolvimento mais graves culminaria no encaminhamento dessas crianças a serviços específicos. (Lourenço Filho, 1969)

A aprendizagem da leitura e escrita é um tema que atravessa o século XX, seja nas políticas educacionais, nas produções científicas das áreas de Psicologia e Educação, na formação de professores e nas propostas curriculares fundamentadas em diferentes teorias psicológicas. Soares (1989), ao efetuar uma revisão crítica da produção acadêmica nacional sobre alfabetização no período de 1954 a 1986, aponta a predominância da Psicologia como referencial teórico em todo o período estudado, por meio das seguintes correntes teóricas: a associacionista (propostas de cunho comportamentalista baseadas no empirismo com pico de influência na década de 1970), a gestaltista, a psicogenética (propostas construtivistas que se concentram a partir da década de 1980) e a psiconeurológica. Mortatti (2006) identifica na década de 1980 a introdução no Brasil do pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita, desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emilia Ferreiro e colaboradores. A partir da década de 1990, começam a ter influência os trabalhos fundamentados na Psicologia Histórico-Cultural formulada pelos autores soviéticos L. S. Vygotski e A. R. Luria, como é o caso da pesquisa de Smolka (1993).

No início do século XX, pode-se afirmar que os Testes ABC buscavam oferecer aos educadores meios de lidar com as diferenças individuais e culturais no sistema escolar, com base em instrumentos objetivos de medidas, sem, contudo, questionar em profundidade a origem dessas diferenças. Os conceitos desenvolvidos nos testes adquiriram legitimidade, autoridade científica e se tornaram hegemônicos ao longo do século XX, passando a fazer parte do pensamento educacional brasileiro e integrando o senso comum dos professores. Dissemina-se, dessa forma, a crença de que as diferenças individuais dos alunos são as possíveis causas para o desempenho escolar, seja o sucesso ou o fracasso. Confirma-se, dessa forma, a mistificação pedagógica denunciada por Charlot (2013): a existência de uma visão ideológica de natureza humana que investiga as desigualdades naturais entre as crianças, desconsiderando que se tratam, na verdade, de desigualdades das condições sociais entre as classes. Neste sentido, tanto a pedagogia tradicional como a pedagogia nova exercem esse mesmo papel ideológico.

Esta visão hegemônica da ciência psicológica no Brasil não representa, no entanto, inexistência de embates no campo científico mundial e também nacional, como é o caso das ideias desenvolvidas por L. S. Vygotski (1896-1934), um dos teóricos a buscar nos fundamentos do materialismo histórico e dialético referências para pensar a ciência psicológica. Segundo esse autor, para estudar os processos especificamente humanos, tais como a aquisição da linguagem e o aprendizado da leitura e da escrita, não é suficiente a

ciência psicológica conhecer os processos biológicos que caracterizam o desenvolvimento. Em um texto escrito em 1927 (Vygotski, 1991), faz uma crítica às correntes teóricas do início do século com relação às formas de compreensão do objeto e método dessa ciência. Considera que as concepções tradicionais em Psicologia não conseguiam explicar as diferenças entre processos orgânicos e processos culturais do desenvolvimento, por isso tendiam a considerá-los como fenômenos de mesma ordem, de idêntica natureza psicológica e com leis que se regiam pelo mesmo princípio. Tal compreensão leva a uma formulação errônea das questões porque não julga os fatos do desenvolvimento psíquico da criança como fatos do desenvolvimento histórico, mas sim como processos e formulações naturais, confundindo o natural e o cultural, o natural e o histórico, o biológico e o social. Esse é um desafio que se mantém atual na prática pedagógica e formação de professores!

Referências:

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

GOUVÊA, Maria C. S. e GERKEN, Carlos H. de S. *Desenvolvimento humano: história, conceitos e polêmicas*. São Paulo, Cortez, 2010.

LEITE, Dante M. *O desenvolvimento da criança: leituras básicas*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

LOURENÇO FILHO, Manoel B. Testes ABC: Para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1969.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Portal Mec Seminário Alfabetização e Letramento Em Debate, Brasília, v. 1, p. 1-16, 2006.

SGANDERLA, Ana Paola e CARVALHO, Diana C. de. Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre Psicologia e Educação no Brasil. *Psicologia da Educação*, São Paulo, 26, pp. 173-190, 1º sem. de 2008.

SGANDERLA, Ana Paola e CARVALHO, Diana C. de. A Psicologia e a constituição do campo educacional brasileiro. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 107-115, jan./mar. 2010.

SMOLKA, Ana Luísa B. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo*. 6 ed. São Paulo: Cortez; Editora. da UNICAMP, 1993

SOARES, Magda B. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Relatório de Pesquisa. Brasília: INEP/REDC, 1989.

VYGOTSKI, Lev S. El significado histórico de la crisis de la psicología: una investigación metodológica. In: VYGOTSKI, L.S. *Obras Escogidas*. vol. 1, p. 257-413. Madrid: Visor, 1991.

WARDE, Mirian J. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, M.C. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p.289-310.

XAVIER, Libânia N. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos*

Pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.